

DOCUMENTOS • Nº 2

SEMANA DA PALESTINA

A LUTA E A CULTURA DE UM POVO

EDIÇÃO 1
FEVEREIRO DE 2009

O dia 29 de Novembro foi proclamado, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina. Celebrado todos os anos, comemora a Resolução 181, de 29 de Novembro de 1947, que proclamava a partilha da Palestina em dois Estados – um judaico e um árabe – mas que jamais foi cumprida no que respeita à criação do Estado Palestino. No ano do 61º aniversário, o MPPM assinalou a efeméride com um conjunto de iniciativas, integradas na SEMANA DA PALESTINA, que evocaram a luta deste povo mas mostraram, também, a vitalidade da sua cultura.

Assim, em 18 de Novembro, realizou-se na casa do Alentejo, em Lisboa, uma “Sessão Pública de Solidariedade com o Povo Palestino em Luta por uma Independência Soberana e uma Paz Justa. Com presidência de José Neves, Vice-Presidente do MPPM, intervieram: José Manuel Pureza, Carlos Carvalho, Frei Bento Domingues, Embaixadora Randa Nabulsi e José Saramago.

No dia 21 de Novembro teve lugar um “Jantar com Sabores da Palestina”, no Grupo Sportivo Adicense, em Lisboa, que foi antecedido da exibição de um documentário sobre a obra do pintor palestino Ismaïl Shamut. No final, Carlos Silva fez uma intervenção sobre a data que se evoca.

O dia 24 de Novembro foi dedicado à poesia, com a vida e obra do poeta Mahmud Darwich a serem evocadas por Júlio de Magalhães e pela Embaixadora Randa Nabulsi, e os seus poemas a serem lidos por Maria do Céu Guerra, João D’Ávila, Shahd Wadi e Aqid Yaghi. O evento teve lugar na Livraria Círculo das Letras.

Finalmente, no dia 25 de Novembro foi exibido, no Teatro Cinearte – A Barraca, o filme “Intervenção Divina” do realizador palestino Elia Suleiman. Júlio de Magalhães elaborou o texto de apoio.

Neste caderno reunimos os textos de todas as intervenções registadas nesta SEMANA DA PALESTINA.

MPPM – MOVIMENTO PELOS DIREITOS DO POVO PALESTINO E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

Presidente da Assembleia Geral | **José Saramago**

Co-Presidentes do MPPM | **Isabel Allegro Magalhães, Mário Ruivo**

Vice-Presidentes | **Carlos Carvalho, Frei Bento Domingues, José Neves**

Coordenador | **Silas Cerqueira**

Presidente do Conselho Fiscal | **Frederico da Gama Carvalho**

A EXISTÊNCIA DOS PALESTINOS ENQUANTO POVO ESTÁ AMEAÇADA (*)

Embaixadora Randa Nabulsi (**)

“Terra das mensagens divinas reveladas à humanidade, a Palestina é o país natal do povo árabe palestino. Foi aqui que ele cresceu, se desenvolveu e se expandiu. A sua existência nacional e humana afirmou-se aqui numa relação orgânica ininterrupta e inalterada entre o povo, a sua terra e a sua história.

Continuadamente enraizado no seu espaço, o povo árabe palestino forjou a sua identidade nacional e ergueu-se, pela sua tenacidade, a defendê-la até ao nível do impossível. Apesar da fascinação suscitada por esta antiga terra e pela sua posição crucial na charneira das civilizações e das potências, apesar da cobiça, das ambições e das invasões que impediram o povo árabe palestino de realizar a sua independência política, o apego deste povo à sua terra imprimiu todavia ao país a sua identidade e ao povo o seu carácter nacional.”

(Da Declaração de Independência do Estado da Palestina, de 15 de Novembro de 1988)

Um povo, qualquer povo, não é apenas um conjunto de pessoas mas o produto de sucessivas gerações, o das suas preocupações e das aspirações e da sua contribuição para a construção da civilização humana. Mas o Povo Palestino enfrenta desde há décadas uma guerra não apenas de bombas mas um ataque à sua própria existência como povo.

Foi decidido organizar esta Semana da Palestina no mês de Novembro porque neste mês se comemoram diversas datas que marcaram vários acontecimentos no passado e no presente do Povo Palestino.

Em 2 de Novembro de 1917, através da Declaração Balfour, este diplomata propôs o território da Palestina, que obviamente não lhe pertencia, a Lord Rotschild, para aí colocar judeus de todo o mundo em substituição dos habitantes palestinos, em consequência do que foram estes objecto de uma limpeza étnica, um autêntico genocídio que conduziu à Nakba, a grande catástrofe de 1948, que obrigou mais de dois terços dos palestinos a abandonar as suas terras e passar a viver em campos de refugiados em situações desumanas.

Em 11 de Novembro de 2004, morreu o líder Yasser Arafat, cuja kufia se tornou um símbolo da Palestina em todo o mundo, e que foi um incansável lutador quer na frente de batalha, quer nas difíceis negociações políticas que enfrentou ao longo da sua vida. Arafat, que morreu ao fim de dois anos de um cerco do exército israelita de Ariel Sharon à Muqqata, as instalações da Autoridade Palestina em Ramallah (que ficaram quase totalmente destruídas), perante o silêncio da comunidade internacional. Foi um crime que provocou a maior consternação no coração de todos os palestinos.

Em 15 de Novembro de 1988, numa reunião do Conselho Nacional Palestino realizada em Argel, foi proclamada a Declaração de Independência da Palestina, que cria um Estado independente e democrático, com Jerusalém como capital, assegurando o direito do povo palestino a viver na sua terra como todos os outros povos, reconhecendo uma especial importância aos direitos da mulher e comprometendo-se a respeitar os tratados da Liga Árabe, das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Em 29 de Novembro de 1947, foi aprovada a Resolução 181 das Nações Unidas, cujos termos aliás nunca foram cumpridos, e essa data passou a ser evocada anualmente como Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino. A estabilidade da região nunca será possível sem que sejam reconhecidos os direitos legítimos do Povo Palestino.

Apesar dos constrangimentos impostos pelo ocupante, mantém-se viva a memória do povo palestino, ainda que envolta pelo sofrimento mas demonstrando a capacidade de resistência e o sentimento de esperança. Só o facto de se tratar de um povo magnífico permitiu que conservasse a sua identidade, e deste povo saíram muitos poetas, escritores, artistas, intelectuais, cineastas e dramaturgos.

Nesta Semana da Palestina temos a satisfação de apresentar três personalidades palestinas que obtiveram reconhecimento em todo o mundo:

- Edward Saïd, filho de Jerusalém, filólogo e ensaísta, cuja naturalidade palestina não impediu a sua projecção internacional e que é autor de numerosas obras, algumas polémicas, como *Orientalismo*, *Cultura e Imperialismo*, *Out of Place* ou *The Question of Palestine*, livro onde manifesta a sua oposição aos Acordos de Oslo;
- Ismaïl Shamut, filho de Al-Lad, pintor, que foi obrigado ao exílio, e que nas suas obras retrata as preocupações da sua pátria e da humanidade em geral;
- Mahmud Darwish, filho Al-Birwah (aldeia que foi completamente destruída em 1948), poeta, ex-membro do Partido Comunista de Israel e do Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina. Os poemas de

Darwich foram um farol que iluminou o povo palestino e contam-se entre os que mais circularam pelas mãos dos intelectuais e políticos palestinos. A sua audiência ultrapassa a de qualquer político no mundo árabe. Publicou 24 obras e está traduzido em mais de 40 línguas.

E porque somos um povo que apesar de crescer com sofrimento consegue manter a sua alegria, apresentaremos durante esta Semana da Palestina o grupo de canto e de dança popular Wishah, num espectáculo que terá lugar na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa no próximo dia 3 de Dezembro. Haverá também a projecção de um filme, uma exposição de pintura e um jantar típico da cozinha palestina.

Espero que este programa consiga apresentar alguns aspectos deste povo que, como escreveu Mahmud Darwich, “ama a vida quando pode”.

() Intervenção proferida em 18 de Novembro de 2008 na Sessão Pública de Solidariedade com o Povo Palestino em Luta por uma Independência Soberana e uma Paz Justa, organizada pelo MPPM na Casa do Alentejo, em Lisboa. Tradução do original árabe por Abdeljelil Larbi e Júlio de Magalhães.*

*(**) A Embaixadora Randa Nabulsi é Delegada-Geral da Palestina em Portugal*



PALESTINA: UMA SITUAÇÃO QUE ENVERGONHA A HUMANIDADE (*)

José Manuel Pureza ()**

Quando será dado aos palestinianos gritar com entusiasmo “yes we can”? Quando será dado ao mundo vibrar com o vislumbre de uma mudança no Médio Oriente que permita acreditar num passo, ainda que simbólico, que nos faça a todos superar um passado - e sobretudo um presente - que nos envergonha como Humanidade? Quando respirarão os palestinianos, o Médio Oriente e a Humanidade o ar fresco de uma mudança em que possamos acreditar?

Alguém escreveu que “entre o fraco e o forte, é a lei que liberta e a liberdade que oprime”. Para os palestinianos, há 61 anos que essa verdade é negada. Em 29 de Novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma Resolução (a 181) que estipulava a criação de dois Estados nos territórios do antigo mandato britânico da Palestina. Não foi uma vitória sublime. Nestes tempos em que tanto se tem lembrado Martin Luther King, a partição operada pela Resolução 181 é afinal a confissão da impotência colectiva para realizar na Palestina o sonho da vida conjunta do lobo e do cordeiro, a impotência para a criação de condições de convivência democrática, num único Estado, entre judeus e árabes. Talvez seja. Mas a criação de dois Estados era então, e continua a ser hoje, a saída política mínima exigível. A única alternativa efectiva é sempre pior, porque é a eternização do esmagamento de um povo pelo outro. Essa foi a fasquia que o Direito Internacional nunca permitiu que se ultrapassasse. Em sucessivas deliberações das Nações Unidas, tanto da Assembleia Geral como do Conselho de Segurança, a começar precisamente pela Resolução 181 que aqui avivamos hoje na nossa memória, essa linha vermelha foi insistentemente reiterada. E já se sabe: a ambição ilimitada de quem tem poder não perdoa a um Direito que lhe põe freios. É sempre assim, lá fora como cá dentro. E é por isso que é importante consagrar direitos no Direito. Eles incomodam os poderosos e legitimam as lutas contra o seu poder, mesmo quando são pouco mais do que palavras.

Por isso, ao recordarmos aqui a aprovação pela ONU da criação de dois Estados no território da Palestina em 1947, recordamos sobretudo a trajectória de seis décadas de política oficial de violação do Direito Internacional, incluindo a contínua expansão da ocupação colonial de territórios, o desprezo pelos direitos humanos mais elementares dos palestinianos e a eternização da situação dos refugiados. Tudo com a complacência cúmplice da comunidade internacional, obediente ao mando do aliado poderoso do infractor.

Dez anos antes, em 1937, Ben Gurion, proclamava que “o povo judeu sempre viu, e continua a ver, a Palestina como um todo, como um só país que é historicamente seu e voltará a ser seu. Nenhum judeu aceitará a partição como uma solução justa”. Soa a irredentismo fundamentalista? Soa, claro. E, no entanto, é precisamente esse olhar fanático que tem sido lei naquele canto do mundo ao longo destes 61 anos. Contra tudo (incluindo o Direito Internacional) e contra todos (incluindo tantos judeus que fazem a simples decência parecer um acto de coragem cívica e a quem a sensatez é condenada como dissidência). Sufocar Gaza, arrasar a sede da Autoridade Palestiniana em Ramallah, construir um novo muro da vergonha ou pura e simplesmente humilhar os

palestinianos e negar-lhes quaisquer possibilidades de vida normal, dia após dia, nos checkpoints, são o avesso do Direito Internacional. É nesse avesso que se vive na Palestina há seis décadas.

Quando o direito protege o fraco do forte, não há direito sem mobilização que force a sua aplicação. Os combatentes pelos direitos humanos e dos povos sabem que é assim. Na Palestina esta verdade tem cada vez mais um significado: Washington, como tutor que tem sido, há longo tempo, deste conflito, tem nas suas mãos uma responsabilidade fundamental para lhe pôr fim e fazer cumprir o Direito Internacional. Esse é seguramente o maior dos testes a que estará internacionalmente sujeito o novo Presidente, Barak Obama. Na Palestina joga-se muita da revelação do verdadeiro rosto da nova liderança americana. Os pronunciamentos que o então candidato democrata entendeu fazer a este respeito ao longo da campanha eleitoral não trazem bons auspícios. Agradar ao lobby judaico norte-americano dá votos. Mas as palavras de Obama ao American Israel Public Affairs Committee, em Março, foram demasiadamente expressivas para serem só de circunstância eleitoral. Oxalá não venha a ser assim. O certo, de qualquer modo, é que as condições que se vivem na Palestina não lhe permitirão nenhum estado de graça a este respeito.

O seu antecessor fez aquilo que melhor sabe: acrescentar, de modo patético, crise à crise. Annapolis não foi outra coisa senão um embuste. Como se previa. Com um Bush completamente desacreditado aos olhos da América e do mundo e um Olmert afogado em escândalos de corrupção, só se desiluiu com o completo vazio de concretização de alterações quem quis criar ilusões a esse respeito. E, entretanto, nos territórios nada mudou: a mesma pressão insuportável, as mesmas humilhações, o mesmo arrogante desprezo pelo Direito Internacional. Na iminência de uma nova liderança israelita, o frenesim mediático promete agora, pela enésima vez, milagres: abandono de colonatos, ligação autónoma da Cisjordânia a Gaza, tudo de graça e de boa vontade. Mas a única verdadeira realidade é a de que tudo está suspenso. E que tudo está de olhos na Sala Oval.

Perguntou há dias Eduardo Galeano, interpretando as expectativas de tanta gente com a eleição do novo presidente dos Estados Unidos, se "aceitará Obama que o racismo seja normal quando se exerce contra os países que o seu país invade?" E acrescentou: "não é racismo contar um por um os mortos invasores do Iraque e ignorar olímpicamente os muitíssimos mortos na população invadida? Não é racista este mundo em que há cidadãos de primeira, de segunda e de terceira categoria, e mortos de primeira, de segunda e de terceira? A vitória de Obama foi universalmente celebrada como uma batalha ganha contra o racismo. Oxalá ele assuma, nos seus actos de governo, essa bela responsabilidade.". E eu afirmo: discriminação dos palestinianos é uma das mais ignóbeis formas de racismo do nosso tempo. Terá o presidente Obama, eleito sob o signo do triunfo da igualdade sobre o racismo, a lucidez e a coragem de perceber que é tanto em Gaza como em Nova Orleães que se testará a sua capacidade de estar à altura da visão igualitária e democrática que anunciou?

Não é precisa a ambição de nenhuma nova ordem mundial ou sequer de uma transformação de menor alcance para que se cumpra o patamar mínimo de Direito Internacional na Palestina. Esse patamar mínimo tem um nome: direito à autodeterminação. Não há Estado amante da paz, de acordo com a Carta das Nações Unidas, que ponha em causa o pleno cumprimento desse direito inalienável dos povos. Por mais espesso que seja o debate em torno do acesso a recursos como a água ou a segurança no Médio Oriente, continua a ser este direito sagrado de todos os povos a poderem organizar livremente o seu destino que há-de prevalecer sobre tudo o resto. O respeito pelos direitos dos palestinianos a uma pátria e às condições concretas para a governar livremente é, pois, a mais absoluta das prioridades. Que ela esteja por cumprir 61 anos depois de as Nações Unidas a terem adoptado como imposição do Direito Internacional é razão de indignação e de vergonha. Mas também de mobilização. Porque, se não chegou ainda o momento de os palestinianos dizerem "yes we can", sabemos que não desistirão de acreditar que "we shall overcome". E nós com eles.

() Intervenção proferida em 18 de Novembro de 2008 na Sessão Pública de Solidariedade com o Povo Palestino em Luta por uma Independência Soberana e uma Paz justa, organizada pelo MPPM na Casa do Alentejo, em Lisboa.*

*(**) José Manuel Pureza é Professor Universitário e membro da Direcção Nacional do MPPM*



A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES NA PALESTINA (*)

Carlos Carvalho ()**

Permitam-me que centre a minha intervenção num tema menos abordado nestas nossas iniciativas mas de crucial importância: A situação dos trabalhadores na Palestina.

É, no entanto, uma questão que desde há muitos anos faz parte da Agenda de todas as Conferências anuais da Organização Internacional do Trabalho, que integra as organizações especializadas da ONU, e de Relatórios Director Geral.

Tendo em conta a composição tripartida da OIT- Governos, Trabalhadores e Empregadores – dificilmente se poderá dizer que estes relatórios terão alguma parcialidade favorável aos Palestinos. Podem reflectir uma parte da realidade mas, sendo ela tão dura, damos por adquirido que será o mínimo que os peritos poderiam fazer.

Recorro, em parte, ao Relatório apresentado à Conferência Anual em Junho deste ano, em que participei.

Nos territórios árabes ocupados - esta é a designação da OIT para referir a Palestina e os Montes Golan – o emprego e as condições de trabalho tem vindo a degradar-se de uma forma alarmante. Segundo os últimos dados disponíveis, só uma pessoa em cada três com idade legal para trabalhar – 15 anos ou mais - têm emprego, seja a tempo parcial ou em horário completo, ou seja uma taxa de desemprego de 66%.

Um recenseamento recente indica que numa população de 3,8 milhões, 45% são jovens com idades de 14 anos ou menos, e que todos os anos 35 000 atingem a idade activa, muitos deles com um nível de escolarização relativamente elevada fácil é entender a situação dramática que o desemprego significa na Palestina.

Cerca de 66 000 Palestinos trabalham em Israel ou nos colonatos israelitas, no entanto, o emprego destes, em Israel, só é permitido a maiores de 35 anos e a idade mínima para trabalhar nas zonas industriais israelitas instaladas na Cisjordânia é de 25 anos.

As condições de trabalho são descritas no Relatório como “ difíceis, arbitrárias e humilhantes”. Mesmo em casos de acidentes de trabalho a lei israelita não assegura aos trabalhadores Palestinos o acesso aos cuidados médicos necessários.

Quanto à liberdade de circulação dos trabalhadores as múltiplas restrições impostas pela potência ocupante tornam difícil, se não impossível, o acesso a certas zonas e contribuem para a depressão económica e do mercado de trabalho.

No início de 2008 estavam instalados cerca de 600 obstáculos à circulação nas estradas que, a par da construção do Muro de separação - Muro de Sharon, dizemos nós! –, e associado a um complexo sistema de autorizações afecta todos os aspectos da vida dos trabalhadores e das suas famílias – residência, deslocações, emprego, reagrupamento familiar -.

Longas horas de espera nos postos de controlo das forças armadas de Israel fazem parte do quotidiano da maioria dos Palestinos na Cisjordânia que está cada vez mais fragmentada em zonas isoladas e inviáveis de um ponto de vista económico, separadas por postos de controlo e estradas reservadas somente aos colonos judeus.

Os palestinos com 16 anos ou menos que vivam na chamada zona tampão, precisam de autorização de “longa duração” ou de “residência permanente” para poderem continuar a viver nas suas próprias casas.

Os agricultores que vivem na zona leste do Muro têm necessidade de uma autorização de “visitantes” para terem acesso às suas terras situadas na dita zona “charneira” passando por pontos previamente estabelecidos pelos ocupantes. Nenhuma viatura é autorizada a passar por estes pontos de acesso e as restrições à passagem de equipamento agrícola ou factores de produção – sementes, adubos, etc. – são enormes.

Em contrapartida os colonatos israelitas instalados nos territórios árabes ocupados utilizam a seu bel-prazer recursos essenciais tais como a terra ou a água, um bem cada vez mais precioso, ou terrenos para instalações industriais que são negados aos Palestinos.

Tal situação leva a que empresas e mão-de-obra palestina estejam subaproveitadas, quando não inactivas.

Em Novembro de 2007 a taxa de pobreza extrema era de 40% em Gaza e 19% na Cisjordânia. Cerca de metade das famílias palestinianas dependem da ajuda alimentar da comunidade internacional, sendo que em Gaza esta taxa se eleva para 80 por cento.

O aumento do preço dos cereais e dos combustíveis, a nível mundial, teve um impacto profundamente negativo na Palestina onde o poder de compra dos salários tem vindo a reduzir-se de uma maneira significativa.

A igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego, independentemente do sexo, raça, cor, religião, ascendência nacional, opinião política e origem social, temas tão caros ao que chamamos mundo ocidental, são letra morta para os Palestinos cujas relações de trabalho dependem de Israel.

A liberdade de associação e o direito de negociação colectiva, direitos fundamentais dos trabalhadores, são sistematicamente postos em causa pelo ocupante.

Em 18 de Fevereiro de 2008 o exército israelita bombardeou e destruiu as instalações da PGFTU- uma das duas centrais sindicais palestinas – em Gaza que tinha sido construída com a ajuda solidária dos sindicatos noruegueses.

Sendo verdade que a solidariedade material e política de sindicatos de muitos países é uma realidade, as dificuldades postas por Israel para que ela chegue ao seu destino são enormes. Conhecemo-las bem!

Tal é pois, em termos gerais e muito incompletos, a situação com se confrontam os trabalhadores palestinos, que lutam em condições difíceis para construírem uma pátria livre e soberana.

A solidariedade material e política para com eles é um dever a que não nos podemos furtar.

Uma Paz justa e uma independência soberana impõem o fim destas situações de discriminação dos trabalhadores Palestinos e o respeito integral pelo Direito Internacional sobre as relações de trabalho consagrado nas Convenções Internacionais, nomeadamente da Organização Internacional do Trabalho.

Muito obrigado pela vossa atenção.

() Intervenção proferida em 18 de Novembro de 2008 na Sessão Pública de Solidariedade com o Povo Palestino em Luta por uma Independência Soberana e uma Paz justa, organizada pelo MPPM na Casa do Alentejo, em Lisboa.*

*(**) Carlos Carvalho é Dirigente Sindical e Vice-Presidente do MPPM*



UM ERRO NUNCA É CORRIGIDO PELA ADIÇÃO DE OUTRO (*)

Frei Bento Domingues, O.P. ()**

Para entender o presente, em muitos casos, é preciso recuar no tempo, sobretudo quando as relações entre povos se alimentam de memórias quase sempre distorcidas. Não vou recuar até aos tempos bíblicos, até porque, como já está estudado, a fidelidade destes à história também não é a sua melhor característica. Algumas referências mais recentes são indispensáveis.

1. O escritor austríaco de origem judaica, Theodor Herzl organizou, em Basileia – Suíça (**Agosto de 1897**) – o primeiro congresso sionista que aprova a formação de um Estado judaico na Palestina.

2. No **início do século XX**, já existiam na Palestina pequenas comunidades israelitas, vivendo no meio da população predominantemente árabe. A partir de então, novos núcleos começaram a ser instalados. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Turquia lutou ao lado da Alemanha e, derrotada, viu-se privada de todas as suas possessões no mundo árabe.

3. Com a retirada dos turcos, a Palestina é ocupada pelo **Reino Unido**. Em **1917**, o chanceler britânico, Arthur Balfour, declara o apoio do seu país ao estabelecimento de um lar nacional dos judeus na Palestina, sob a condição de serem respeitados os direitos das comunidades não judaicas ali existentes.

É importante não esquecer o comentário de Edward Said, no seu livro, *The Question of Palestine*, acerca dessa declaração. Uso a tradução brasileira: "O que é importante a respeito da declaração é que, em primeiro lugar, durante muito tempo ela foi a base legal para as reivindicações sionistas em relação à Palestina e, em segundo lugar, e mais importante para os nossos objetivos aqui, que foi uma declaração cuja força só pode ser avaliada quando as realidades demográfica e humana da Palestina ficaram claras na mente. Isto é, a declaração foi feita (a) por um poder europeu, (b) a respeito de um território não-europeu, (c) num claro desrespeito à presença e aos desejos da população nativa residente no território e (d) tomou a forma de uma promessa sobre este mesmo território por um outro grupo estrangeiro, a fim de que esse grupo estrangeiro pudesse, literalmente, fazer desse território uma nação para o povo judeu."

A "Declaração Balfour" foi interpretada pelos líderes sionistas como um apoio à criação de um Estado judeu soberano e tornou-se a base do apoio internacional para a formação do moderno Estado de Israel. Nas décadas que se seguiram, dezenas de milhares de judeus fixaram-se na Palestina, em sua maioria oriundos da Europa, movidos pelo ideal do sionismo.

4. Voltando à cronologia: três anos mais tarde (**1920**), o Reino Unido recebe um mandato da **Liga das Nações** para administrar a Palestina.

5. Encerrado o conflito da Segunda Guerra Mundial, os ingleses retiram-se e delegam à ONU a tarefa de solucionar os problemas da região. Sem consulta prévia aos árabes palestinos, a 29 de Novembro de **1947**, a ONU votou a favor da divisão da Palestina em dois Estados, mediante a **Resolução 181**: um para os judeus, outro para os árabes palestinos. Estes rejeitam esse plano. Desde 1947 até à actualidade, as Nações Unidas emitiram 249 resoluções a favor da causa palestina. Ao longo dos anos, houve 81 vetos norte-americanos no Conselho de Segurança, o que permitiu a Israel uma liberdade de actuação à qual tudo é permitido, mesmo os maiores crimes.

6. A **14 de Maio de 1948** é proclamado o **Estado de Israel**, que tem David Ben-Gurion como primeiro-ministro que declara:

«Nós – membros do Conselho Nacional, representantes do povo judeu na Palestina e do Movimento sionista mundial – estamos reunidos em assembleia extraordinária, neste dia, que põe termo ao mandato britânico na Palestina. É em virtude dos direitos históricos e naturais do povo judeu e da resolução da assembleia das Nações Unidas que proclamamos, aqui, a criação de um Estado judaico na Palestina, que se chamará, doravante, Medinat Israel (Estado de Israel).

7. Os países árabes enviam tropas para impedir esta criação. A guerra termina em Janeiro de **1949** com a vitória de Israel que passa a controlar 75% do território da Palestina, um terço mais do que o determinado pela ONU. O restante da área da Cisjordânia é incorporado à Jordânia. Intimidados, cerca de 800 mil árabes fogem.

8. Em **1956**, Israel aproveita a crise do canal de Suez e alia-se à França e ao Reino Unido para atacar o Egipto na península do Sinai e na Faixa de Gaza. Por intervenção da ONU e sob pressão dos EUA e da URSS, as tropas israelenses retiram-se da região.

9. Em **1964**, uma reunião de chefes de Estado árabes, no Cairo, cria a **Organização para a Libertação da Palestina** (OLP).

10. A 5 de Junho de **1967**, Israel ataca o Egipto, a Síria e a Jordânia. Esta **Guerra dos Seis Dias** termina a 10 de Junho com a vitória de Israel e a conquista do Sinai, da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, das Colinas de Golã (na Síria) e da zona oriental de Jerusalém, que é imediatamente anexada ao Estado israelense.

11. A acção palestina contra Israel intensifica-se a partir da eleição para a presidência da OLP, em **1969**, de **Yasser Arafat**, chefe da organização guerrilheira Al Fatah. Em represália, a aviação israelense faz constantes bombardeios na Síria e no Líbano, onde a OLP mantém bases militares.

12. A 6 de Outubro de **1973**, rebenta uma nova guerra. É no dia do feriado judaico de **Yom Kipur** (Dia do Perdão). Num ataque surpresa, tropas do Egipto e da Síria avançam no Sinai e em Golã. Dias depois, são repelidas.

13. Os EUA e a URSS obrigam Israel a interromper a contra-ofensiva. Os árabes descobrem no petróleo uma arma de guerra: usando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (**OPEP**), boicotam o fornecimento aos países que apoiam Israel e provocam o pânico mundial com o aumento do preço dos seus derivados.

14. Em Maio de **1977**, a coligação liderada pelo **LIKUD** (Partido Conservador) ganha as eleições em Israel, depois de três décadas de hegemonia trabalhista. O novo primeiro ministro, Menachem **BEGIN**, estimula a instalação de colonos israelenses nos territórios árabes ocupados durante a Guerra dos Seis Dias.

15. Em Novembro de **1977**, o presidente egípcio, **Anuar Sadat**, faz uma visita a Jerusalém, o que é visto como tácito reconhecimento do Estado de Israel. A iniciativa abre caminho para os acordos de **Camp David**, nos EUA (1978-1979), assinados por Begin e Sadat, com a mediação do presidente norte-americano **Jimmy Carter**.

16. Em **1982**, Israel inicia a retirada do Sinai que é devolvido ao Egipto. O mundo árabe repudia os acordos de Camp David e expulsa o Egipto da Liga Árabe.

17. A 6 de Junho de **1982**, o exército israelense invade o Líbano, obrigando os combatentes palestinos a abandonar o país.

18. Em Setembro (**1982**) acontecem os massacres de Sabra e Chatila: entre 700 e 2000 civis palestinos e árabes (estimativas incertas) são massacrados nos arredores de Beirute pelas milícias cristãs, enquanto as tropas israelenses cercam os campos.

19. Em **1985**, o exército israelense abandona o Líbano com excepção de 12 km a sul do país.

20. A 9 de Dezembro de **1987**, desencadeia-se a **Primeira Intifada** (“revolta popular”), vasto levantamento que atingirá toda a sociedade palestina na Cisjordânia e em Gaza.
21. A 30 de Julho de **1988**, o rei Hussein da Jordânia renuncia, oficialmente, à reivindicação da margem ocidental do rio Jordão. Em Novembro, a OLP proclama o **nascimento do Estado da Palestina, com Jerusalém por capital, na base da Resolução 181 da ONU de 1947**. Desta maneira, a OLP reconhece implicitamente o Estado de Israel. No entanto, nasce o **Hamas**, movimento islamita que defende a destruição de Israel.
22. Na Primavera de **1993**, começam as negociações oficiais paralelas conduzidas por universitários israelenses e palestinos que conduzirão aos acordos de Oslo.
23. A 13 de Setembro de **1993**, acontece, em Washington, o **aperto de mão** entre **Yasser Arafat** e **Yitzhak Rabin** e a assinatura da declaração de princípio sobre arranjos para a autonomia. O texto está fundado num preâmbulo essencial: o reconhecimento mútuo das duas partes. Nascimento de uma **Autoridade Palestina**. Tanto o Hamas como os judeus ultra-nacionalistas opõem-se aos termos do acordo.
24. Em **1994**, depois de 27 anos de exílio, Arafat retorna à Palestina.
25. Em **1995**: Acordo entre Israel e a OLP para conceder autonomia (mas não soberania) a toda a Palestina, em prazo ainda indeterminado. A 4 de Novembro de **1995**, **Yitzhak Rabin** é assassinado.
26. Em Janeiro de **1996**, Arafat é eleito presidente da Autoridade Palestina.
27. Em Julho de **2000**, fracasso da cimeira de Camp David. Fim de Setembro, começo da **Segunda Intifada**.
28. A 11 de Novembro de **2004**, morre Yasser Arafat. Mahmoud Abbas sucede-lhe em Janeiro de **2005**.
29. A 20 de Julho de **2005**, evacuação das colónias judaicas de Gaza e do norte da Cisjordânia.
30. A 25 de Janeiro de **2006**, vitória avassaladora do Hamas nas eleições legislativas. Luta política entre os membros do Hamas e do Fatah que não conseguem entender-se para formar um governo de coligação. **Os países ocidentais congelam as suas ajudas financeiras**.
31. Junho **2007**: o Hamas toma o poder pelas armas em Gaza. Os israelenses replicam militarmente e submetem Gaza a um bloqueio económico total.
32. Novembro **2007**: relançamento das negociações israel-árabes, em Annapolis sob a égide dos EUA, a fim de se chegar à assinatura de um Acordo de Paz incluindo a criação de um Estado palestino até finais de **2008**.
33. De 26 de Fevereiro a 3 de Março (**2008**): Raids israelenses em Gaza, em resposta aos tiros de roquetes do Hamas, visando Israel. A 4 de Fevereiro e a 6 de Março, dois atentados-suicidas em Jerusalém (o primeiro é reivindicado pelo Hamas).

Esta cronologia, cheia de lacunas e pouco contextualizada, pretende, apenas, verificar o princípio aristotélico: um pequeno erro no começo de um processo pode acabar em monstruosidades. O que devia ser o culto de amizade entre povos transformou-se num ódio que não pode favorecer processos de paz. A *Terra Santa* é, afinal, o culto idólatrico da terra disputada, um barril de pólvora que pode ser incendiado a qualquer momento e com qualquer pretexto.

Apesar de vários convites, nunca me apeteceu visitar a terra de todos os equívocos políticos e religiosos. Como é evidente, o testemunho da minha solidariedade para com o povo palestino nada tem a ver com juízos de valor sobre a actuação política, bélica ou ética dos dirigentes dos movimentos palestinos. Se assim fosse, dadas as divisões entre eles, este movimento (MPPM) não teria objecto. Para estar de bem com uns seria preciso estar de mal com outros. Esta solidariedade significa apoio e defesa de um povo vítima de uma história cada vez mais absurda. Como se trata de uma solidariedade com o povo palestino, não é hostilidade ao povo israelense. Pelo contrário, deve ser um caminho para o entendimento e amizade entre estes dois povos que só poderão conviver quando se converterem em agentes de paz.

Os dirigentes políticos, de um e outro lado, que fomentam, por razões de dominação, o ódio ao outro povo mais não fazem do que perpetuar erros do passado que só podem fazer cada vez mais vítimas. Um povo não é uma abstracção. É um tecido de laços. Agora, em concreto, dados os erros do passado, a vítima maior de toda essa história louca é o povo palestino.

As autoridades políticas, que deviam servir para corrigir erros do passado, continuam a impedir o futuro. Já sabemos que o poder político norte-americano apoia, de todas formas, o Estado de Israel. São, assim, ambos responsáveis pela violação dos direitos humanos. O povo palestino vive em regime de ocupação colonial. A Europa é a responsável desde o começo por esta tragédia. Deveria ser ela também a sentir-se responsável pela violação sistemática dos direitos humanos do povo palestino.

Este povo é constituído por árabes cristãos e muçulmanos. Os cristãos europeus que tiveram responsabilidades no anti-semitismo não podem resgatar-se desse crime apoiando, agora, ou sendo indiferentes à tragédia que vitima o povo palestino. Um erro nunca é corrigido pela adição de outro. Não é assim que se vence o anti-semitismo. Processos destes só o reforçam.

Nota: Quando fiz este guião de cronologia para alicerçar as considerações feitas, não podia adivinhar as consequências dos mísseis atirados da Faixa de Gaza sobre Israel nem a reacção bárbara e destruidora da aviação e exército israelenses. Se o Hamas se comporta como um movimento terrorista em defesa de um território ocupado, o Estado de Israel não se comporta como Estado de direito, mas como praticante de terrorismo de Estado. Não é assim que se pode caminhar para a constituição de dois Estados de direito, com relações estabelecidas pela justiça ao serviço da paz e da amizade entre os dois povos.

() Intervenção proferida em 18 de Novembro de 2008 na Sessão Pública de Solidariedade com o Povo Palestino em Luta por uma Independência Soberana e uma Paz justa, organizada pelo MPPM na Casa do Alentejo, em Lisboa.*

*(**) Frei Bento Domingos é Teólogo Dominicano e Vice-Presidente do MPPM*



INUNDAÇÃO (*)

José Saramago ()**

Venho da Casa do Alentejo onde participei numa sessão de solidariedade com a luta do povo palestino pela sua plena soberania contra as arbitrariedades e os crimes de que Israel é responsável. Deixei lá uma sugestão: que a partir de 20 de Janeiro, data da tomada de posse de Barack Obama, a Casa Branca seja inundada de mensagens de apoio ao povo palestino e em que se exija uma rápida solução do conflito. Se Barack Obama quer libertar o seu país da infâmia do racismo, faça-o também em Israel. Desde há sessenta anos que o povo palestino vem sendo friamente martirizado com a cumplicidade tácita ou activa da comunidade internacional. É tempo de acabar com isto.

() José Saramago fez, de improviso, a intervenção de encerramento na Sessão Pública de Solidariedade com o Povo Palestino em Luta por uma Independência Soberana e uma Paz justa, organizada pelo MPPM em 18 de Novembro de 2008, na Casa do Alentejo, em Lisboa. Lamentavelmente, não possuímos registo dessa intervenção. Como testemunho, transcrevemos aqui a entrada que Saramago fez no seu blog “O Caderno de Saramago” à 1h13 m de 19 de Novembro, poucos minutos depois de ter regressado da sessão.*

*(**) José Saramago é escritor, Prémio Nobel de Literatura e Presidente da Assembleia-Geral do MPPM*



MOÇÃO

Os participantes na Sessão Pública promovida pelo MPPM (Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente), em Lisboa, em 18 de Novembro de 2008, para assinalar o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina, proclamado pelas Nações Unidas:

Considerando que:

- a Resolução 181, da ONU, de 29 de Novembro de 1947, cujo 61º aniversário se evoca, e que estabelecia a partilha da Palestina em dois Estados, um árabe e um judaico, nunca foi cumprida em relação ao Estado árabe;

- o Estado de Israel, beneficiando do apoio das grandes potências ocidentais, nomeadamente dos Estados Unidos da América, através de guerras mortíferas e de acções terroristas, da anexação de terras e do estabelecimento de colonatos, tem impedido, ao longo de décadas, a criação de um Estado Palestino independente;
- está cada vez mais ameaçada a sobrevivência dos Palestinos enquanto Povo, após o fracasso dos sucessivos “processos de paz”;

Apelam ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo, aos partidos políticos, às autarquias, às organizações sindicais, às associações cívicas, culturais e religiosas e a todos quantos se preocupam com a causa dos Direitos do Homem e dos Povos e com a Paz no Médio Oriente, que proclamem a sua determinação de intensificar a solidariedade moral, política, material e humanitária com o Povo da Palestina, a fim de que o mesmo, ao fim de 60 anos de luta, possa exercer os seus direitos inalienáveis e ascender a uma independência soberana.



UM TEÓLOGO CATÓLICO E UM ESCRITOR ATEU... (*)

Um teólogo católico e um escritor ateu, Frei Bento Domingues e José Saramago invocam o holocausto dos judeus para falarem da repressão israelita sobre os palestinianos.

Saramago afirma que em Israel há muitos a sonhar com a eliminação do último árabe da Terra Santa:

“Sobretudo na cabeça dos ortodoxos e dos ultra-ortodoxos que, de alguma forma, determinam, em grande parte, a política de Israel, esse grande Israel que não é uma metáfora mas uma ambição de uma grande parte da população de Israel.”

O escritor pede aos apoiantes da causa palestiniana que encham a Casa Branca de cartas e de e-mails, quando Obama tomar posse, dia 20 de Janeiro.

Para Frei Bento Domingues é um milagre que alguém apareça a apoiar os palestinianos.

O frade dominicano pensa que os europeus estão reféns dos remorsos do holocausto.

“Se uma pessoa discorda da política das intervenções do Estado de Israel, é logo classificada como anti-semita e participante em todas as tragédias que houve contra os judeus, a culminar no holocausto. Ora o problema é que quem agora pratica, realmente, um genocídio é Israel em relação à Palestina.”

O teólogo católico diz recusar ir em peregrinação à Terra Santa como protesto contra a propaganda organizada pelos israelitas.

A sessão do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino, ontem à noite na Casa do Alentejo em Lisboa, terminou com um pedido aos órgãos de soberania e aos partidos políticos em Portugal, para mostrarem solidariedade para com a causa do povo palestiniano.

() Transcrição da reportagem efectuada, na Sessão da Casa do Alentejo, pela RDP Antena Um, a quem agradecemos a cedência da gravação.*



COM UM PRATO DE *HUMMUS*... (*)

Carlos Silva (**)

Sra. Embaixadora da Palestina em Portugal, Randa Nabulsi

Caros amigos

Antes de mais, começo por agradecer à equipe da Embaixada da Palestina em Portugal, pela confecção deste magnífico repasto, agradecendo a presença de todos, e também expressando um agradecimento especial ao Grupo Sportivo Adicense, à sua Direção e todos os colaboradores.

Assistimos passados 61 anos à continuação da ocupação, da repressão, de Israel contra os direitos legítimos do povo palestino.

Em 1948 Israel espezinhou a resolução 181 da ONU, da partilha em dois Estados, um judeu e outro árabe. É essa data que o MPPM, nesta Semana da Palestina, está a assinalar com um conjunto de iniciativas.

Em 1948 Israel proclamou a independência em 78% do território e expulsou pela guerra centenas de milhares de palestinos.

Em 1967 ocupou os restantes territórios: Jerusalém Oriental, Cisjordânia, Faixa de Gaza e outros territórios árabes

Israel, em violação sistemática do direito internacional e das resoluções das Nações Unidas continua impune:

Na Cisjordânia, com 2,3 milhões de habitantes, 250.000 colonos israelitas controlam 40 % do território e as melhores terras agrícolas,

Continuam as anexações em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia,

Continua um cerco terrestre marítimo e aéreo por Israel à Faixa de Gaza, após ter anunciado com muita pompa a retirada unilateral de Gaza, que se vê assim transformada na maior prisão do mundo, onde 1.500.000 de habitantes estão ameaçados na sua sobrevivência.

Continuam a rejeitar a negociação do direito ao regresso dos refugiados palestinos dos quais mais de um milhão vivem em campos miseráveis na região, em contínuo desrespeito pela decisão 194 da ONU.

Nos últimos 15 anos fracassaram todas as conferências, reuniões, processos de paz, quando se chega à questão decisiva da retirada israelita dos territórios ocupados e do estabelecimento de um Estado palestino independente e soberano nos mesmos territórios de 1967.

Israel continua impune, em conluio e com o apoio da comunidade internacional, com os EUA à cabeça, com a Europa rendida, Portugal incluído, e até com a passividade do mundo árabe.

O que continua a prevalecer nesta política de conluio entre os EUA e Israel é eliminação dos palestinos enquanto povo.

A Europa continua sem política, sem uma posição e atitude firme ao lado do povo palestino

A Europa enquanto apoia financeiramente a Palestina, assiste impávida e serena, por exemplo a destruição por ataques aéreos e pelo exército de Israel de instalações e infra-estruturas que foram executados com fundos da comunidade europeia.

A Europa apoia financeiramente a construção de uma central térmica, mas não repudia, não condena o bloqueio a Gaza, que impede que o combustível para o seu funcionamento possa chegar.

A comunidade política internacional e o seu expoente máximo – os EUA -, têm dois pesos e duas atitudes diferentes.

Intervêm nos assuntos de outros Estados, provocam guerras, argumentando razões políticas quando as razões fundamentais são económicas – o petróleo e a ambição de dominarem o mundo.

Ao longo dos anos foram utilizados argumentos e mais argumentos sempre para adiarem a solução:

Argumentaram, que a OLP não reconhecia Israel

Argumentaram com o problema de Jerusalém

Mais recentemente, argumentaram que quem ganhou as eleições, na Palestina, o Hamas, não é uma força democrática (mas que foi eleita em eleições que eles próprios provocaram e incentivaram),

Antes do Hamas, estava no governo a Fatah, e a situação foi idêntica.

Negociações, negociações sem soluções

São utilizados também os argumentos dos ataques suicidas, (que também condenamos), mas não nos podemos deixar afastar do aspecto fundamental, que levam a estes actos de desespero, não podemos afastar-nos de que o principal responsável de tudo isto é Israel, que pratica o terrorismo de estado com um exército dos melhores do mundo, detentor de armas nucleares (pese embora a derrota da guerra que lhes foi infringida no Líbano em 2006).

Caros amigos,

É natural que alguns perguntem: porquê um movimento em Portugal de apoio a causa do povo palestino?

O MPPM surge porque está ameaçada a sobrevivência dos palestinos enquanto povo.

A fundação do MPPM surge, quando em 2004, começou a construir-se o “muro de Sharon”. O muro, com 670 km, originou a criação de uma espécie de guetos ou bantustões de triste memória, sem acesso natural aos que foram os seus vizinhos e familiares de sempre e até mesmo dos terrenos que cultivavam.

A construção do muro de um novo apartheid, teve uma expressiva sentença condenatória do tribunal internacional de Haia, em 2004, com a decisão aprovada por 14 votos contra um do juiz norte-americano.

Unimo-nos no MPPM pessoas de diferentes opiniões políticas e religiosas, na continuidade de múltiplas iniciativas de solidariedade com o povo palestino que tiveram lugar no nosso país, para congregar esforços na consolidação de uma estrutura organizativa consagrada a questão da Palestina.

Fazemo-lo para, como movimento específico, dar mais força à divulgação da situação na Palestina, e apelar aos órgãos de soberania em Portugal para que tenham uma atitude consentânea com a Constituição portuguesa, com as decisões das Nações Unidas.

O MPPM surge para combater e denunciar essas campanhas de manipulação da opinião pública sem precedentes, cada vez mais sofisticadas.

A verdade é que utilizam e manipulam através dos media uma sistemática campanha contra a verdade inquestionável dos factos e reconhecida pelas Nações Unidas, no imediato após a ocupação dos judeus dos territórios palestinos em 1948 – há 61 anos – o direito à criação de um Estado palestino.

Nesta campanha de diversão chegámos a ouvir recentemente o ridículo da afirmação de Bush, dizendo que até ao final do ano a Palestina seria independente.

O que Bush queria dizer (mas por outras palavras) era que pretendia impor um “Estado” palestino falhado à partida, sem soberania, assente em alguns enclaves isolados e cercados.

O MPPM surge assim porque não nos resignamos, e não esquecemos que, tudo que o mundo progressista conseguiu para a humanidade, foi através da luta solidária dos povos.

A descolonização mundial, a independência da África do Sul e a forma como foi alcançada, o exemplo de Timor contra a poderosíssima Indonésia, entre muitas outras.

Não podemos deixar no esquecimento este assunto cuja resolução pode e irá contribuir para uma paz duradoura em todo o Médio Oriente.

Os mais cépticos dirão que não compreendem o que se passa, a divisão das forças políticas, a corrupção, o terrorismo, são assuntos que suscitam, incompreensões, receios, duvidas.

Pensamos que as soluções têm que passar pela unidade de todas as forças da Palestina, para a implantação de um estado soberano e independente que todo o povo ambiciona.

No nosso movimento, é este o apelo que fazemos a todas as forças políticas na Palestina.

Também no MPPM, existem opiniões diferentes sobre a situação naquela região, mas congregamos vontades, opiniões políticas e religiosas, na criação do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente.

Assim, apelamos a todos os presentes (que ainda não o tenham feito) para que queiram aderir ao MPPM, que possam apoiar esta causa com uma contribuição financeira ou de outra índole; que acompanhem a nossa

actividade, recebendo documentação regular de informação sobre a situação naquela região, assim como participando em grupos de trabalho para dinamizar a divulgação destes objectivos.

Somos poucos; precisamos do vosso apoio, da vossa colaboração.

Queremos chegar a vários pontos do país, dinamizar a discussão e a informação sobre a palestina.

Queremos um MPPM capaz de apelar aos órgãos de soberania nacionais:

- Para que Portugal assuma uma posição activa própria, na União Europeia, na ONU;
- Para que Portugal exija o fim imediato do bloqueio a Gaza, com consequências dramáticas para mais de um milhão e meio de pessoas;
- Para que Portugal exija o desmantelamento do muro de um novo apartheid,
- Para que Portugal exija a retirada de Israel dos territórios ocupados incluindo Jerusalém Oriental e que cessem a ocupação e instalação de mais colonatos
- Para que Portugal exija a adopção de sanções internacionais a Israel.
- Para que Portugal exija no fundo que sejam implementadas as decisões das nações unidas e que esta restabeleça o principal papel politico e de execução.

Queremos que Portugal tenha uma política ao lado dos palestinos, ao lado das resoluções das Nações Unidas, e não de submissão à política dos EUA.

Caros amigos,

Esta pretende ser uma iniciativa de solidariedade, de denúncia e combate, mas também desde logo de confraternização, de convívio e de cultura.

Com este jantar, com a gastronomia palestina, ficámos afinal a conhecer um pouco mais acerca deste povo e das suas tradições. É também para isso que está a servir esta Semana da Palestina, com o conjunto de iniciativas que o MPPM decidiu realizar – divulgar a Palestina, a cultura e a luta do seu povo.

Por isso apelamos a todos para que continuem a participar nas iniciativas do MPPM, desde já com as próximas iniciativas desta “Semana da Palestina”.

Estamos certos de que está a valer a pena levar a cabo estas acções e difundir esta nossa mensagem. Contava uma companheira nossa do MPPM, que há dias um canal de televisão emitia um documentário sobre “gastronomia em zonas de perigo”. E ali se retratava como tantas pessoas de Israel, ultrapassando conflitos e desconfianças, demonstravam também desta forma que os povos se podem conhecer melhor, partilhar costumes e tradições.

Ao fim e ao cabo, como se confirma com esta iniciativa, também com um prato de “hummus” podemos ajudar a defender a soberania, a liberdade, os direitos do povo palestino e uma paz justa para o Médio Oriente.

() Intervenção proferida em 21 de Novembro de 2008 no “Jantar com Sabores da Palestina” realizado na sede do Grupo Sportivo Adicense, em Lisboa.*

*(**) Carlos Silva é Gerente Comercial e membro da Direcção Nacional do MPPM*



EVOCAÇÃO DE MAHMUD DARWICH (*)

Júlio de Magalhães ()**

Não é fácil falar, num breve apontamento, de uma figura tão extraordinária como Mahmud Darwich. Poeta, acima de tudo, mas também prosador, ensaísta, jornalista, político, Darwich é uma presença indelével na sociedade palestina da segunda metade do século XX. Resistente contra a ocupação israelita, ergueu-se sempre em defesa de uma Palestina independente. Ele foi a voz, e a consciência, do seu povo, e ultrapassando as fronteiras da geografia, tornou-se também um ícone de todo o mundo árabe, que hoje lhe conhece os versos e os recita de cor.

Personagem singular do Médio Oriente contemporâneo, importa que digamos algumas palavras sobre a sua vida e a sua obra, aliás indissociáveis, antes de ouvirmos a palavra do Poeta.

Começemos pela vida.

Mahmud Darwich nasceu em Al-Birwa, uma aldeia da Galileia, perto de São João d'Acre, então território sob mandato britânico, em 13 de Março de 1941, sendo o segundo dos oito filhos de uma família de proprietários rurais. Após a criação do Estado de Israel em 1948, a sua aldeia foi invadida e a família fugiu para o Líbano (primeiro Jezzin e depois Damur), onde permaneceu um ano. Quando regressaram clandestinamente a Israel descobriram que a aldeia fora completamente arrasada e substituída por um colonato judaico. Então, a família instalou-se em Deir al-Assad, onde Mahmud frequentou a escola primária. Concluiu depois o liceu em Kafr Yassif e acabou por partir para Haifa. O seu primeiro livro de poesia foi publicado quando tinha apenas 19 anos: *Asâfir bilâ ajniha* ("Pássaros sem asas", 1960). Em 1964, começou a ser reconhecido nacional e mesmo internacionalmente, como uma voz da resistência palestina, com o livro *Awraq al-zaytûn* ("Folhas de oliveira"), de que ouviremos aqui o poema "Bilhete de identidade".

Continuou a publicar poemas e artigos em jornais e revistas, como *Al-Ittihad* (A União) e *Al-Jadid* (O Novo), de que se tornou mais tarde redactor. Em 1961, aderiu secretamente ao Partido Comunista de Israel e começou a trabalhar como redactor adjunto do jornal *Al-Fajr* (A Aurora).

Entre 1961 e 1967 é preso diversas vezes pelos seus escritos e actividades políticas. Durante este período, Darwich sonha com a revolução, canta a pátria, defende a identidade palestina e proclama a solidariedade internacionalista.

Deixa Israel em 1970 para estudar na União Soviética, tendo frequentado durante um ano a Universidade de Moscovo. Em 1971 vai para o Cairo, onde trabalha no diário *Al-Ahram* e em 1973 para Beirute, onde dirige a revista mensal *Shu'un Filistiniyya* (Assuntos Palestinos). Nesse ano, adere à Organização de Libertação da Palestina (OLP), tendo sido, por isso, proibido de voltar a entrar em Israel e, em 1981, funda o jornal literário *Al-Karmel*.

Com o bombardeamento de Beirute pelos israelitas em 1982, Darwich exila-se no Cairo, depois em Tunis e finalmente em Paris. Em 1987, é eleito para o comité executivo da OLP, sendo também presidente da União dos Escritores Palestinos.

Na sequência dos Acordos de Oslo de 1993, e como forma de protesto contra a atitude da OLP, que considera demasiado conciliatória nas negociações, abandona a Organização.

Em 1995, obtém um visto do governo israelita para voltar à Palestina a fim de visitar a mãe e em 1996 assiste em Israel aos funerais do grande escritor palestino Imil Habibi, que permaneceu em Haifa até ao fim da vida. Recebe então autorização para viver em Ramallah, onde se encontra instalado o governo de Yasser Arafat. A cidade é violentamente atacada e cercada em 2002 pelas tropas de Ariel Sharon. Darwich instala-se depois em Amman, na Jordânia.

Em 15 de Julho de 2007, visita Haifa para participar num sessão em sua honra organizada no auditório do Monte Carmelo pela revista *Masharaf* e pelo partido israelita *Hadash* (Frente Democrática para a Paz e a Igualdade). Aí discursa, lê poesia para milhares de pessoas e critica a violência entre o Hamas e o Fatah.

Morre aos 67 anos, nos Estados Unidos, no Hospital Memorial Hermann de Houston, em 9 de Agosto de 2008, na sequência de complicações decorrentes de uma intervenção cirúrgica ao coração, ao qual fora já operado duas vezes, em 1984 e 1998. O féretro foi recebido com honras especiais em Amman e realizaram-se funerais nacionais em Ramallah, onde os restos mortais foram sepultados junto ao Palácio da Cultura. Nesse mesmo sítio, em Julho passado, Darwich havia feito a sua última intervenção pública, lendo poemas para uma audiência de 2.000 pessoas. Como disse a deputada palestina Hanan Ashrawi, Darwich "tinha uma visão muito clara não apenas de quem somos mas de quem devíamos ser".

O poeta casou e divorciou-se duas vezes e não teve filhos. Recebeu várias distinções, nomeadamente o Prémio Lotus (da União dos Escritores Afro-Asiáticos, em 1969), o Prémio Lenine da Paz (da União Soviética, em 1983), a Medalha da Ordem das Artes e Letras (da França, em 1993), o Prémio para a Liberdade Cultural (da Fundação Lannan, em 2002), o Prémio Príncipe Claus (dos Países Baixos, em 2004)), o Prémio Coroa de Ouro (da Macedónia, em 2007) e ainda o Wissam (medalha) de Mérito Intelectual (de Marrocos).

Vejamos, agora, a obra.

Estando os pais ocupados com o trabalho da terra, Darwich foi educado especialmente pelo avô, que lhe incutiu o gosto pela leitura. Depois, o irmão mais velho encorajou-o a escrever poesia. A expulsão da sua aldeia natal e a

permanência numa Palestina ocupada por Israel, levaram-no, desde muito cedo, a reflectir sobre a condição de exilado na sua própria pátria. Através dos seus livros, e também da sua militância política, Darwich forjou uma consciência nacional palestina, que se manifesta especialmente depois da Guerra dos Seis Dias, de 1967. É quando os seus poemas passam a ser ensinados nas escolas através de todo o mundo árabe.

Darwich escreveu mais de 30 livros de poesia e oito de prosa.

A sua poesia é especialmente influenciada pelos iraquianos Abd-al-Wahab al-Bayati e Badr Shakir al-Sayyab. E também, ainda que menos directamente, pelos sírios Adonis e Nizar Qabbani. Os poetas ocidentais chegam-lhe através do hebraico, língua que também domina.

O percurso poético de Mahmud Darwich pode dividir-se em oito períodos:

1) A fase da *juventude*, que começa em 1960, com “Os pássaros sem asas”, muito marcada pela influência árabe clássica e a poesia romântica moderna;

2) A fase dita *revolucionária*, incarnada na colectânea “Folhas de oliveira”, de 1964, em que Darwich passa das preocupações subjectivas às grandes interrogações colectivas e aos sonhos de revolução;

3) A fase *revolucionária e patriótica*, marcada pelas colectâneas *Ashiq min Filistîn* (Um amante da Palestina), de 1966, *Akhir al-Layl* (O fim da noite), de 1967, *Al-Asafir tamûtu fî'l Jalîl* (Os pássaros morrem na Galileia), de 1969 e *Habîbatî Tanhadu min Nawmihâ* (A minha amada desperta do seu sono), de 1970. Nesta época, a poesia de Darwich faz parte integrante do que então se chamou a Poesia da Resistência e que agrupava outros poetas palestinos como Tawfiq Zayyad e Samih al-Qasim. Mas já Darwich se distinguia destes pela abundância da sua criação, por um mais vasto horizonte humano, pela utilização dos mitos e dos símbolos do Médio Oriente e da Grécia Antiga, pela dimensão épica atribuída ao quotidiano, pelo lugar de eleição ocupado pela mulher símbolo da terra, pela aptidão em misturar o romantismo lírico e o apelo revolucionário.

4) A fase em que procede à elaboração de uma *estética*, que começa com a sua chegada ao Cairo e depois a Beirute. Então, desejoso de provar que tem um projecto, que pertence à modernidade e que por isso não podem confiná-lo a um poeta da resistência, Darwich entra em conflito com os seus leitores que reclamam que ele seja acima de tudo, senão exclusivamente, um poeta de combate, ao que ele lhes responde que um poeta de combate é, antes do mais, um poeta. Pertence a esta fase *Uhibbuki aw lâ Uhibbuki* (Amo-te ou não te amo), de 1972, que marca uma mutação no seu estilo e uma inovação poética, tendência acentuada com *Muhâwala raqm Sab'a* (Tentativa número 7), de 1973 e especialmente com *Tilka Sûratuhâ wa hazâ Intihâru'l 'Ashiq* (Tal é a sua imagem e eis o suicídio do amante), de 1975. Optando pelos poemas longos, misturando contemplação lírica e narração de epopeia, Darwich afirma-se como poeta inovador e pode regressar aos temas patrióticos, ainda que transformados, de que é exemplo *A'râss* (Bodas), de 1977.

5) A fase dita *épica* que se inicia após a invasão israelita do Líbano, em 1982 e a expulsão dos palestinos da capital libanesa. Darwich, que acompanha os seus compatriotas no exílio, publica em 1983 o longo poema *Madîh al-Zill al-'Alî* (Elogio da sombra alta) que qualifica de “poema-documentário”, em que traça um grande fresco da invasão, da resistência da capital libanesa e do massacre dos refugiados palestinos em Sabra e Chatila. São ainda deste período *Hisâr li-Madâ'ih al-Bahr* (Cerco dos louvores do mar) e *Qasîdat Bayrût* (Poema de Beirute), ambos de 1984.

6) A fase *lírica*, coincide com a estada de Darwich em Paris, depois de uma curta permanência em Tunis. Aí publica *Hiya Ughniya, Hiya Ughniya* (É uma canção, é uma canção), em 1984 e *Ward Aqall* (Menos rosas), em 1986. Estas colectâneas retomam o projecto iniciado no Líbano e que foi interrompido pelo cerco israelita. Darwich surge agora mais habitado pelas questões interiores e pelas interrogações metafísicas. Este período distingue-se por uma especial investigação sobre as formas da composição musical e a sua transposição para a estrutura do poema.

7) A fase *lírico-épica*, em que Darwich regressa aos longos poemas, marcados por grandes experiências trágicas da humanidade, como as invasões mongóis, a guerra de Tróia, a perda da Andaluzia, o genocídio dos índios. Pertencem a esta fase *Ara mã Urîd* (Vejo o que quero), de 1990 e *Ahada 'Ashara Kawkabann* (Onze astros sobre o epílogo andaluz), de 1992.

8) A fase dos *temas independentes*, que pode considerar-se iniciada em 1995, com *Limâza Tarakta al-Hisâna Wahîdann?* (Porque deixaste o cavalo só?), uma autobiografia duplicada pela “biografia” dos lugares e *Sarîr al-Gharîba* (O leito da estrangeira), de 1998, consagrado aos poemas de amor. Em 1999, com textos seus e de René Backmann, é editado o grande álbum de fotografias de Larry Towell *Then Palestine*. Em 2000, surge *Jidariyya* (Mural), um longo poema de que ouviremos aqui os primeiros versos, e em 2002 *Hâlat hisâr* (Estado de sítio), sobre o cerco de Ramallah, livro de poemas acompanhado de fotografias de Olivier Thébaut. O seu último livro é de 2005, *Ka-zahr el-lawz aw ab'ad* (Como flores de amendoeira ou mais longe).

Na prosa, podemos assinalar, entre outras obras, o livro sobre o cerco de Beirute de 1982, *Dhakirah li-al-nisyan* (Memória para o esquecimento) e a coletânea de entrevistas concedidas a vários jornalistas e publicada em francês, em 1997, com o título *La Palestine comme métaphore*.

O ministro da Educação de Israel, Yossi Sarid, propôs, em Março de 2000, que alguns poemas de Darwich fossem incluídos no *curriculum* do ensino liceal israelita; porém, os membros da ala direita do governo de Ehud Barak ameaçaram apresentar um voto de desconfiança e Barak declarou que Israel não estava preparado para a obra de Darwich. O poeta afirmou então: “Os israelitas não querem ensinar aos estudantes que há uma história de amor entre um poeta árabe e esta terra. Eu apenas desejava que me lessem para apreciar a minha poesia e não como um representante do inimigo”.

Mahmud Darwich está traduzido em mais de quarenta línguas e foi interpretado por vários cantores, como o libanês Marcel Khalifa, que musicou e cantou vários poemas seus, entre os quais “À minha mãe”, que ouviremos aqui.

No cinema, devem assinalar-se dois documentários: “Mahmoud Darwich, et la terre comme la langue”, realizado em 1997 para a televisão francesa por Simone Bitton e Elias Sanbar e “Écrivains des frontières”, realizado em 2004 por Samir Abdallah e José Reynes, e que mostra Darwich, cercado em Ramallah em 2002, a receber, na companhia de Leïla Shahid e Elias Sanbar, uma delegação do Parlamento Internacional dos Escritores, que incluía, entre outros, José Saramago, Juan Goytisolo e Breyten Breytenbach.

Darwich participou também no filme “Notre musique”, de Jean-Luc Godard, realizado em Sarajevo, em 2004, a propósito dos Encontros Europeus do Livro, e que foi seleccionado para o Festival de Cannes. Neste filme, respondendo às questões de uma jovem israelita, afirma: “Sabe porque nós, palestinos, somos célebres? Porque são vocês o inimigo. O interesse pela questão palestina emanou do interesse pela questão judaica... Nós tivemos o azar de ter por inimigo Israel, que tantos simpatizantes tem por esse mundo fora. E tivemos a sorte do nosso inimigo ser Israel, visto os judeus serem o centro do mundo. Vocês deram-nos a derrota e a fama, por o mundo se interessar por vocês e não por nós; não tenho ilusões quanto a isso”. E Darwich, homem extraordinariamente lúcido e de grande coragem, termina a entrevista, dizendo: “Um povo sem poesia é um povo vencido”.

Não permite o tempo que nos alonguemos sobre a figura excepcional de Mahmud Darwich, e é tanto o que fica por dizer, mas podemos concluir com uma citação que resume a sua obra, a sua luta, a luta de todos os palestinos: “Triunfámos sobre o plano para nos expulsarem da história”.

(*) Intervenção proferida em 24 de Novembro de 2008 na sessão de homenagem a Mahmud Darwich realizada na Livraria Círculo das Letras, em Lisboa.

(**) Júlio de Magalhães é Investigador de assuntos Árabes e Islâmicos e membro da Direcção Nacional do MPPM



MAHMUD DARWICH: UM TESTEMUNHO PESSOAL (*)

Embaixadora Randa Nabulsi ()**

Não consigo falar sobre o poeta Mahmud Darwich (1941-2008) como um ausente mas sim como alguém que já não estando presente está sempre junto de nós. A minha geração cresceu com os poemas de Mahmud Darwich e com eles também tem vindo a envelhecer.

Nós, os palestinos, conhecemos Mahmud Darwich após a ocupação israelita em 1967 e foi ele que, apesar dos obstáculos e horrores incontáveis da ocupação, deu ao nosso povo a possibilidade de conhecer a outra parte dos palestinos que resistiu na Palestina e ali ficou. O nosso poeta bem como Tawfiq Zyad (1932-1994) e Samih al Qasim (n. 1939) cantaram a Palestina. Logo no início da sua carreira literária houve dois poemas que marcaram para sempre a sua vida: foram “Bilhete de Identidade “ e “À minha mãe”. Este último relata as saudades do café e do pão da sua mãe, sentimentos partilhados por todos os palestinos combatentes ou refugiados. Estes são dois dos poemas que quase todos os palestinos sabem de cor.

Em 1964, Mahmud Darwich publicou *Folhas de oliveira* e, em 1966, *Um amante da Palestina*. Em 1967, publicou mais três livros: *O fim da noite*, *Flores de sangue* e *Canções para a pátria*. Em 1969, publicou *Os pássaros morrem na Galileia* e em 1970, *A minha amada desperta do seu sono*. Todas estas obras falam de temas como a nostalgia, a raiva, a resistência, o optimismo e o amor.

“Sobre um homem”

..

*Expulsaram-no de todos os portos,
Levaram a sua amada pequena
E disseram-lhe: tu és refugiado.
Ó quem tem os olhos e as mãos a sangrar,
A noite desaparecera
Nem a prisão preventiva, nem as algemas
Nero morreu, mas Roma não
Continua a combater com os olhos
E se uma espiga morre
Crescem muitas outras no campo.*

Na obra *Flores de sangue*, diz no poema “O Cantor de Sangue”

*Kafar kasem
Voltei vivo da morte para cantar
Deixa-me emprestar a minha voz
A uma ferida
Sou o representante de uma ferida que não negocia
Aprendi com o golpe de carrasco
Aprendi a andar em cima e a resistir
Ando... e ando e resisto.*

Na obra *Canções para a pátria*:

“Pátria”

*Penduraram-me nas lianas de uma palmeira
E enforcaram-me...
Nunca traíra a palmeira
Esta terra é minha e antigamente
Gostava do leite de camelo
A minha pátria não é uma história ou canção
Não é uma luz na face de jasmim
A raiva da minha pátria é sobre a tristeza
E sobre uma criança que quer uma festa e um beijo
E um velho chorando os seus filhos e o seu campo
Esta terra é a pele dos meus ossos
E meu coração voa sobre ela como se fosse uma abelha*

Penduraram-me nas lianas de uma palmeira

E enforcaram-me...

Nunca traíra a palmeira.

Foi assim o estilo e o conteúdo das primeiras obras de Darwich; por isso, nós como povo vivendo sob ocupação, ficámos muito ligados a esta poesia que entrou facilmente nos corações dos palestinianos.

Conheci Mahmud Darwich no Cairo no início dos anos 70 quando ele regressava de Moscovo onde havia participado numa conferência e não estava nos seus melhores momentos, pois havia decidido não regressar a Haifa, depois de ali ter sido preso em 1961, 65 e 67. Na sua chegada ao Cairo, foi ali recebido por uma onda de cólera por parte dos seus admiradores e leitores que não lhe perdoaram aquela decisão. A sua reacção foi negativa e provocadora pois sentiu-se obrigado a defender-se contra a muita tinta que na altura correu contra ele de uma forma pública por parte de alguns intelectuais e isso constituiu uma fase decisiva na sua carreira literária em que acima de tudo quis provar que era um poeta e esse era o seu lugar.

A minha relação com Darwich teve lugar depois do meu casamento, pois o meu marido era amigo próximo dele. Apesar de ser um poeta já famoso, Mahmud Darwich era uma pessoa muito humilde, tímida, simpática e até com um certo ar de inocência como se fosse uma criança, mas era solitário e parecia até um tanto anti-social e instável, porém os seus leitores perdoavam-lhe a sua instabilidade. Darwich recusou também uma vez em Beirute ler o poema “Bilhete de Identidade”, situação que causou algum desconforto entre os seus leitores, mas ele insistiu nessa recusa, dado tratar-se de um poema que havia tido já a sua época.

Indicarei a seguir algumas das suas obras:

- Em 1972 publicou *Amo-te ou não te amo*.
- Em 1973 publicou *Tentativa número 7*.
- Em 1975 publicou *Tal é a sua imagem e eis o suicídio do amante* e o poema lírico “Ahmad al-Zaatar”, sobre o massacre de Jabal al-Zaatar.
- Em 1977 publicou *Bodas*.
- Em 1983 publicou um poema que mas tarde veio a ser gravado: *Elogio da sombra alta*, historial da revolução palestina em Beirute.
- Em 1984 publicou um poema que foi um *requiem* por dois dos seus amigos mais próximos assassinados pela Mossad: Majid Abu Charar, membro do comité central do Fatah em Roma e Ezzedine Qalaq, representante da OLP em Paris. Publicou também um poema com o título “Apenas mais um ano”, onde pede aos seus restantes amigos que não morram.

Meus amigos, não morram como têm o hábito de fazer

Peço-vos o favor de não morrerem

Esperem mais ano, um ano apenas

Nada mais do que um ano

Talvez pudéssemos terminar uma discussão

Ou começar uma viagem.

- Em 1986 publicou *É uma canção... É uma canção*. Foi a partir desta obra que se notou a força da prosa na sua poesia, pois a sua prosa continha uma grande componente poética. Foi nessa altura que o meu marido, por brincadeira, sugeriu a Mahmud Darwich que deixasse a poesia e se interessasse mais pela prosa. A obra que publicou a seguir continha uma dedicatória que dizia: “*Amigo Issam as minhas desculpas por mais esta poesia*”. Desde então a fronteira entre a prosa e a poesia ficou sempre uma questão em aberto. Em 1986 publicou ainda a obra *Menos rosas*, onde o poema “Nesta terra” teve grande destaque:

Nesta terra, há coisas que merecem viver: a hesitação de Abril, o cheiro do pão ao amanhecer, as opiniões de uma mulher acerca dos homens, os escritos de Ésquilo, o início do amor, a erva sobre uma pedra, as mãos de pé sobre um fio de flauta e o medo que a recordação inspira aos conquistadores.

Nesta terra, há coisas que merecem viver: o fim de Setembro, uma mulher que entra nos quarenta, com todo o seu vigor, a hora de sol na prisão, as nuvens que imitam um bando de criaturas, as aclamações de um povo pelos que caminham, sorridentes, para a morte e o medo que as canções inspiram aos tiranos.

Nesta terra, há coisas que merecem viver: nesta terra está a dona da terra, mãe dos prelúdios e dos epílogos. Chamavam-lhe Palestina. Continua a chamar-se Palestina. Minha Dama, eu mereço, mereço viver, porque tu és a minha Dama.

- Em 1990, publicou *Vejo o que quero*.
- Em 1992, publicou *Onze astros sobre o epílogo andaluz*.
- Em 1995, publicou *Porque deixaste o cavalo só?* e *O leito da estrangeira*.
- Em 2000, publicou *Mural*, poema onde descreveu a sua experiência com a morte a seguir à primeira operação que sofreu.
- Em 2002, publicou *Estado de sítio*, consagrado ao cerco à cidade de Ramallah durante a segunda Intifada, donde destacamos o seguinte poema:

[A um assassino]

Se tivesses contemplado o rosto da vítima,

E reflectido, ter-te-ias lembrado da tua mãe na câmara de gás,

Ter-te-ias libertado da sabedoria da espingarda

E terias mudado de opinião: Não é assim que se recupera a identidade!

O mártir avisa-me:

Não acredites nos seus “yu-yus”

Acredita no meu pai que olha para a minha fotografia com as lágrimas nos olhos:

Como trocaste os nossos papéis, meu filho

E partiste antes de mim?

Era a minha vez,

Era a minha vez!

[A outro assassino]

Se tivesses deixado o feto mais trinta dias,

As coisas teriam sido diferentes:

Acabada a ocupação, o recém-nascido esqueceria os dias do cerco,

Cresceria de boa saúde, tornar-se-ia um homem,

Estudaria com uma das tuas filhas

A história antiga da Ásia

E poderiam apaixonar-se.

Dar à luz uma filha (que seria judia de nascimento!).

Por isso, que fizeste?

Agora a tua filha está viúva

A tua neta é órfã

O que fizeste da tua família fugitiva?

Como pudeste matar três pombas com uma única bala?

- Em 2004, publicou *Não te desculpes com o que fizeste*.
- Em 2005, publicou *Como flores da amendoeira ou mais longe*.
- Em 2006 publicou *Na presença da ausência*, cujo texto parece uma autobiografia no qual tentou identificar a sua sublime relação com poesia chegando a dizer “as letras têm fome da imagem e a imagem tem fome do sentido. As letras são jarras de porcelana vazias, enche-as então com a noite da primeira conquista. As letras são um apelo surdo às pedras disparadas nas ruas do sentido. Friccionando letra com letra nascerá uma estrela, então aproxima uma letra de outra, ouve o som da chuva, põe uma letra em cima de outra e encontra o seu nome escrito como se fosse uma escada com poucos degraus ...”
- Em 2008 publicou *O traço da borboleta*, uma obra mista entre poesia e prosa. Provavelmente o seu poema escrito após o golpe militar do Hamas em Gaza foi uma forma marcante de mostrar o choque de todos perante aquela situação:

Foi preciso termos caído de tão grande altura e ver o nosso sangue nas nossas mãos... para acreditarmos que não somos anjos, como costumamos pensar.

Foi também necessário termos mostrado os genitais a toda a gente para terem a certeza de que a nossa realidade já não é virgem.

Se Muhammad não tivesse sido o último dos profetas cada bando poderia ter tido o seu próprio profeta e cada companheiro a sua milícia!

Admirámos em Junho o 40º aniversário e se não conseguirmos encontrar alguém para nos derrubar novamente derrubar-nos-emos a nós mesmos com as nossas mãos, para não esquecer!

O estrangeiro e eu juntámos forças contra o meu primo. O meu primo e eu juntámos forças contra o meu irmão.

O meu xeque e eu juntámos forças contra mim mesmo.

Esta é a primeira lição do novo currículo da educação nacional.

Não me envergonho da minha identidade que está ainda em construção.

Mas envergonho-me de algumas coisas escritas nos Prolegómenos de Ibn Khaldun.

Tu a partir de agora és outra pessoa.

Podemos dizer com alguma segurança que a carreira literária de Mahmud Darwish, que atravessou cinco décadas, foi um percurso muito peculiar na criação poética no campo literário árabe, onde deixou a sua influência e genes – ele abriu caminhos e entrou em áreas que nenhum outro poeta árabe teria sido capaz de fazer, usou a língua de uma maneira flexível e por isso foi difícil aos que se lhe seguiram atingirem o seu nível. Falou em nome de todos e tem um público vasto que engloba o povo, os intelectuais e os políticos. Deixou imensas obras (mais de 40) as quais foram traduzidas para mais de 40 línguas e ficou conhecido como “a azeitona da Galileia”, “a azeitona da Palestina”, “a quinta cor da bandeira da Palestina” ou “o senhor das palavras”.

Esteve sempre ligado e fascinado pela rima como uma identidade clara da poesia. A sua obra *O traço da borboleta* foi uma tentativa de um professor para mostrar a ligação entre a poesia e a rima tal como a borboleta foi levada pelo vento.

Acompanhámos de perto a vida poética de Mahmud Darwich e quando ele publicava um poema num jornal todos nós o trocávamos via fax (no tempo em que não havia net). E antes de uma obra sair já muitos haviam reservado um exemplar ou mais, aguardando-a como se ela se tratasse de uma declaração política ou da mensagem de um profeta. Ele nunca foi um poeta de elogios, apenas glorificou a Palestina, a resistência, a poesia e os poetas, o amor e cantou a paz, a vida e a humanidade. Foi uma pessoa de palavra livre e os seus sentimentos reflectem as suas convicções como poeta, pois demitiu-se da Organização de Libertação da palestina apesar da sua ligação a Arafat e de ter escrito *Cerco dos louvores do mar*, sobre a resistência da OLP em Beirute.

Quando fez a terceira operação ao coração, pensámos que venceria a morte como aconteceu da primeira e da segunda vez e que iria mais uma vez ironizar da morte; fora à capital francesa para uma consulta de rotina junto do seu médico pessoal, mas voltou com notícias alarmantes: o colesterol estava elevado e uma das artérias de tal modo alargada que poderia rebentar a qualquer momento. Ficou em dúvida a realização ou não de nova operação, pois seria perigoso a realização de uma terceira dado já ter sofrido duas intervenções e correr ainda o risco de poder ficar paralisado. Darwich aceitou ser operado mas na condição de não o deixarem vive caso ficasse nessa situação. O colesterol subiu, tendo fechado algumas artérias. Era um colesterol de um tipo raro, que cristalizava e rebentava as artérias; foi o que aconteceu após a segunda operação, dez anos atrás, quando os médicos foram obrigados a mantê-lo sob sedativos durante dois dias para conseguirem solucionar as várias trombozes que foi fazendo nas pernas e evitar novas trombozes. Mahmud Darwich ultrapassou com sucesso aquela fase e foi após essa experiência que escreveu o célebre *Mural*, no qual descreve os dois dias que viveu voando entre a vida e a morte e n' *O traço da borboleta* falou do último desafio coma morte escrevendo o seguinte:

*Se me disserem: vais morrer esta noite
Que queres fazer do tempo que te resta?
Olho para o relógio
Bebo um sumo
E como uma maçã
Olho longamente para uma formiga que encontrou a sobrevivência
E olho novamente para o relógio
Ainda há tempo para fazer a barba
E que mais?
Penteio o cabelo
E deito no lixo o poema, este poema
Visto uma camisa italiana da última moda
E vou ao cemitério acompanhado por guitarras espanholas.*

O médico francês recusou fazer-lhe a eutanásia caso a operação não corresse bem pois a lei francesa proíbe tal procedimento, pelo que o aconselhou a realizar a operação na Suíça ou na Holanda, países que permitem aquela prática.

Darwich regressou de Paris com “uma mina no seu coração” como ele próprio dizia muitas vezes, ironizando a morte como era seu hábito, mas sem esquecer a grande realidade de que o tempo lhe era já escasso e, como escreveu uma vez, a morte não gosta de esperar. Ele tinha consciência da sua importância na poesia árabe e palestina, de que não se pertencia a si mesmo e é por isso que termina o *Mural* dizendo “Eu não me pertencço”. Tinha consciência de que como poeta era um ser universal.

Ninguém na vida pode saber o que se passa na mente de uma pessoa que sabe que a morte é algo de certo mas não o momento em que chegará, especialmente depois da vida ter esgotado os milagres e as surpresas - aqui não há lugar para o equilíbrio entre o optimismo e o pessimismo, o que fica é apenas uma maneira de estar de pé, de olhos abertos olhando em frente com generosidade e dignidade, generosidade como o amor que oferece uma vida, dignidade como a do guerreiro quando olha nos olhos o seu inimigo, a morte, dizendo:

O tempo é zero. Não pensei no nascimento

*Quando a morte me lançou na névoa
Não estava nem vivo nem morto
Não havia nem o nada nem a existência.*

O que ele fez ao longo dos dois últimos anos tornou-se como que um longo hino, não um *requiem* mas uma defesa da vida e do amor, sempre com a Palestina presente.

O “senhor das palavras” enfrentou o seu destino com coragem e elegância, não pensou na morte nem em render-se, mas apenas no que poderia encontrar nos últimos quinze minutos perante o muro da morte, o muro da poesia, e o que a poesia tem de elogio da vida e o que a vida tem de luz que brilha sobre uma terra chamada Palestina, tal como a águia no alto do seu ninho sem dar importância à eternidade.

Nos seus últimos poemas escreveu sobre mulheres, vinho, pássaros, árvores e Haifa e sobre uma vida que estava a desaparecer mas que continuava verde até ao último momento.

Depois do seu regresso, Akram Haniya que acompanhou Mahmud Darwich na sua última viagem, disse palavras que saíam de um coração que chorava: “até ao último momento manteve a sua elegância e o seu brilho”.

Continuamos a sentir a falta do nosso Mahmud Darwich como pessoa, escritor e poeta e não nos cansamos de repetir que quando sentimos a traição de todos - como Mahmud Darwich dizia “Oh como estamos sòzinhos”, quando em Beirute leu o poema “Ahmad al Zaatar” - e continuamos a glorificar “Ahmad al-Arabi”, sentimos e continuaremos a sentir a falta das suas novas obras, pois sempre nos surpreendeu pelo conteúdo e forma dos seus escritos, pois sempre conseguiu transmitir tudo o que passava na alma e na mente das pessoas, algo que nós jamais conseguiremos exprimir daquela forma bela e poética.

() Intervenção proferida em 24 de Novembro de 2008 na sessão de homenagem a Mahmud Darwich realizada na Livraria Círculo das Letras, em Lisboa. Tradução do original árabe por Abdeljelil Larbi e Júlio de Magalhães.*

*(**) A Embaixadora Randa Nabulsi é Delegada-Geral da Palestina em Portugal*



NOTA SOBRE O FILME “INTERVENÇÃO DIVINA” (*)

Júlio de Magalhães ()**

INTERVENÇÃO DIVINA

(Yadon ilaheyya)

Realização e argumento: Elia Suleiman

Duração: 92 min

Data: 2002

Locais de filmagem: Jerusalém Oriental. Nazaré (Israel) e França

Língua: Árabe

Intérpretes principais: Elia Suleiman, Manal Khader, Nayef Fahum Daher

Produção: Humbert Balsan

Prémio do Júri e Prémio da Crítica Internacional do Festival de Cannes, 2002

* * *

Elia Suleiman nasceu em Nazaré (cidade palestina hoje integrada em Israel), em 28 de Julho de 1960. Em 1977 partiu para Londres, onde estudou e trabalhou num restaurante. Entre 1981 e 1993 viveu em Nova Iorque, onde realizou curtas-metragens. Em 1994, estabeleceu-se em Jerusalém e começou a ensinar na Universidade de Birzeit (próximo de Ramallah). Vive actualmente em Paris.

Filmografia:

- Introduction to the End of an Argument (1990)
- Harb el Khalij... wa baad (*A Guerra do Golfo... e depois?*) (1993) – Em colaboração com outros realizadores
- Chronicle of a Disappearance (1996)
- War and Peace in Vesoul (1997)
- Cyber Palestine (1999)
- Yadon ilaheyya (*Intervenção Divina*) (2002)
- Chacun son cinéma ou Ce petit coup au cœur quand la lumière s'éteint et que le film commence (2007)
- The Time That Remains (2009) – Em produção

* * * * *

Intervenção Divina é um conjunto de pequenas histórias que retratam, de forma sarcástica ou dramática, o quotidiano dos palestinos a viver sob ocupação israelita. Oscilando entre o realismo e a fantasia, entre o literal e o simbólico, cultivando a ironia e denunciando a violência (gratuita) a que os árabes são submetidos em Israel e nos territórios ocupados, Suleiman dá-nos um retrato do absurdo da vida dos seus compatriotas.

Descrevendo as relações de proximidade entre habitantes da sua terra natal (Nazaré), introduzindo a questão da partilha da propriedade entre vizinhos, Suleiman reinventa a história do seu país e das suas várias fronteiras aqui transportadas à escala das ruas da cidade.

O par central do filme, um palestino de Jerusalém e uma palestina de Ramallah, atendendo aos constrangimentos fronteiriços impostos pelo ocupante, vêem-se na necessidade de marcar os seus encontros num parque de estacionamento, junto a um posto de controlo do exército israelita. É, aliás, desse local que o protagonista lança o balão vermelho com o rosto de Arafat, que subirá no horizonte, atravessando a linha de fronteira (perante o olhar incrédulo e indignado dos soldados, que encaram mesmo a hipótese de o abater) e indo finalmente pousar no cimo da Cúpula do Rochedo, lugar sagrado dos muçulmanos em Jerusalém.

Exemplar, é a cena da guerrilheira Ninja que se eleva nos céus, indemne às balas do comando israelita, balas que se disporão à volta da sua cabeça como uma coroa de espinhos.

Crónica de amor e sofrimento, como lhe chamou o autor, este filme mostra-nos que existe a possibilidade de “passar para o outro lado”, que o humor (e o amor) existe mesmo em situações desesperadas e em espaços fechados e que trocar de si mesmo, como faz Suleiman, não deixa de ser um exercício salutar e até uma atitude revolucionária. *Intervenção Divina* não é um filme panfletário anti-israelita (como poderia ser o filme de um realizador palestino), mas é seguramente um filme anti-ocupação israelita, onde não há ódio contra o povo israelita, mas onde se denuncia firmemente a agressão diariamente sofrida pelos palestinos há mais de meio século.

(*) O filme “*Intervenção Divina* foi exibido no dia 25 de Novembro de 2008 no Cine-Teatro Cinearte / A Barraca, integrado na Semana da Palestina promovida pelo MPPM.

(**) Júlio de Magalhães é Investigador de assuntos Árabes e Islâmicos e membro da Direcção Nacional do MPPM